

## **ACTA N.º 3**

### **Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 27 de Fevereiro de 2006.**

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença de todos os seus membros: Vera Lúcia Santos Noronha, José Miguel Neves Teixeira de Carvalho, Pedro Miguel S. Brás Gaspar, Vitória Maria de Faria Brito, Paulo Francisco M. Espírito Santo, João Pedro Antunes Osório, João Manuel Jesus de Brito, Joaquim Augusto Palhoto Pais de Azevedo, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão T. Ribeiro, Inês da Nóbrega Aguiar, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Maria de Fátima Pedro Carvalho G. Rodrigues, Carlos Alberto das Neves Cotrim e José João Marques Pais.

A Presidente da Mesa deu início à sessão, passando de imediato à discussão e votação da Acta nº 2, de 27 de Dezembro de 2005.

A Bancada da CDU fez algumas propostas de alteração à Acta. O Membro José Miguel Carvalho referiu que havia uma grande discrepância entre a 1ª parte da Acta e a parte relativa à intervenção do público.

A Bancada do PSD propôs que fosse anexada à Acta uma declaração de Voto apresentada por escrito, na sessão anterior.

O Membro João de Brito propôs que a acta mencionasse a posição dos partidos, que existisse uma votação por bancadas, referiu-se também à discrepância da acta, pois não lhe pareceu grave a questão colocada pela Muniçipe, Maria Gabriela Coutinho e que mesmo assim foi ameaçada com o tribunal.

A Bancada do PS propôs algumas alterações à referida acta. O Membro Paulo Espírito Santo, disse que não tinha cabimento colocar a declaração de voto da CDU, pois não foi apresentada na altura. Em relação à declaração de voto apresentada pelo PSD, essa sim deveria ser referida e anexa à acta.

Paulo Espírito Santo referiu-se ainda à questão levantada pela Muniçipe Maria Gabriela Coutinho, dizendo que determinadas questões não podem ser

resolvidas em sessões da Assembleia Municipal. No que diz respeito à votação por bancadas, não concorda, pois dentro da bancada do PS não têm que obrigatoriamente votar da mesma maneira.

A Presidente da Assembleia Municipal explicou que, a acta é um resumo e não uma transcrição, pois para isso existem os suportes magnéticos.

A Presidente da Mesa passou à votação das alterações propostas pelas diferentes bancadas:

As alterações propostas pela CDU obtiveram a seguinte votação: 8 votos a favor e 8 votos contra, não foram aprovadas com voto de qualidade da Presidente.

José Miguel Carvalho apresentou Declaração de Voto, pois considera inadmissível a atitude de quem desaprova tal inclusão.

A inclusão da declaração de voto, na acta, proposta pela bancada do PSD foi aprovada por unanimidade.

As alterações propostas pela Bancada do PS tiveram a seguinte votação: 8 votos a favor e 8 votos contra, foram aprovadas com voto de qualidade da Presidente da Mesa.

Paulo Espirito Santo apresentou Declaração de Voto.

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa apresentou um Voto de Pesar pela morte do Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida.

De seguida o Senhor Presidente da Câmara esclareceu sobre o número de contadores existentes e sobre os valores do consumo de água nos meses de Verão, no ano de 2005.

A senhora Vereadora propôs que a visita, dos Membros da Assembleia Municipal, à Casa Museu se realize no dia 2 de Abril, uma vez que é Feriado Municipal.

Intervenção do membro João Pedro Osório sobre alguns ofícios chegados ao Município concretamente as entradas nºs 11, 12 e 14.

A Senhora Presidente respondeu, pedindo à bancada da CDU que apresentasse por escrito a solicitação sobre as Comissões existentes no âmbito do Município.

Inscreveram-se de seguida os membros:

Carlos Alberto Cotrim, João Manuel de Jesus Brito, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Fernando Manuel Pereira Ramalho e João Pedro Osório

Carlos Alberto das Neves Cotrim propôs, um espaço de estacionamento para utentes das farmácias e repartições públicas do nosso Concelho.

Intervenção do Membro João de Brito felicitando o Executivo sobre as novas Instalações dos Paços do Município, mas lamentando que os Membros da Assembleia Municipal não tenham condições de trabalho. Questionou ainda sobre a denominação correcta para os membros da Assembleia Municipal.

A Senhora Presidente da Mesa informou que aquando da vinda da Inspeção, solicitou esta informação e que lhe transmitiram que a designação correcta é Membro.

Fernando Manuel Ramalho apresentou em nome da Bancada do PS uma Moção sobre a Exposição da Casa dos Patudos “ Filhos do Sol, Filhos da Lua” na Feira Nacional do Touro, que decorreu no CNEMA, entre os dias 17 e 19 de Fevereiro de 2006.

Intervenção da Membro Anabela Costa, informando que no site da Câmara, as actas da Assembleia Municipal bem como as da Câmara Municipal estão desactualizadas. Sugere ainda que se divulgue, no referido site, as datas das sessões da Assembleia, e ainda os nomes correctos dos seus membros.

A Senhora Presidente da Assembleia informou que já deu indicações ao funcionário da Autarquia, Rui Gaspar, para que fossem actualizadas as actas da Assembleia Municipal.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo sobre o Desfile de Carnaval dos Jardins de Infância e da Escola Básica do 1º Ciclo do Frade de Cima. Questionou também o facto das restantes Escolas do 1º ciclo não terem participado no desfile.

Intervenção do membro Celestino Brasileiro sobre as lixeiras a céu aberto que continuam a proliferar no Concelho, referiu que era importante fazer uma campanha de sensibilização sobre este tema. Perguntou também se a ETAR do Casalinho já funciona, se existem análises feitas às águas da ETAR que correm para o Paúl da Gouxá, informou que a Fonte da Vida tem as luzes apagadas e que os repuxos não funcionam. Sugere ainda que sejam retiradas, do triângulo junto à Barragem, as estátuas dos Cavalos que se encontram

destruídas e que se proceda à limpeza da estátua do José Relvas, pois está cheia de musgo e lascada.

Intervenção do membro João Osório sobre o pagamento da Autarquia à Resiurb e qual o montante da dívida actual.

A bancada da CDU propôs uma Campanha de Pintura, por parte do Município. Sugeriu que a Câmara Municipal informe a população, sobre os vários programas que existem (programa solar, recria, reabita, etc), para que se possam candidatar e assim manterem os prédios mais apresentáveis.

A bancada da CDU colocou ainda algumas questões sobre os prédios do Centro Cívico: elevadores construídos em espaço público, como e porquê?

Questionaram também, porque é que a comporta existente na vala de Alpiarça, está retirada.

A bancada da CDU, pela membro Inês Aguiar, apresentou slides sobre a questão do Urbanismo em Alpiarça, concretamente a questão do centro urbano da Vila.

Esta abordagem começou pela Rua José Relvas, realçando o excesso de tráfego, falta de estacionamento e diversos lotes devolutos.

Outra das questões prende-se com o património edificado, concretamente o antigo Lavadouro e o Mercado Municipal.

Foi ainda analisado o estudo urbanístico de reconversão para o centro cívico de Alpiarça, realizado em 1998.

Em conclusão a CDU colocou algumas questões, para que se defina um novo plano. Entre outros aspectos fez-se referência, à falta de dinamização e movimento, do Jardim Municipal.

A Presidente da Mesa informa que, a referida apresentação, ultrapassou mais de 10 minutos.

Intervenção de Paulo Espírito Santo, agradecendo o facto de terem chamado a atenção para os prédios devolutos, no entanto lembrou que junto à casa Lico, existe um espaço devoluto, há mais de 30 anos, pertencente a um partido político. Referiu ainda que o prédio da CGD quando foi construído, nada tinha a ver com a traça existente, por exemplo da casa do Dr.Zúniga e da casa dos “Pinhões”, pensa que são então exemplos de auto-critica.

Intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que fala sobre o antigo Lavadouro, uma vez que o mesmo é gerido pela Junta. Referiu que já seguiu um projecto de requalificação, com vista a dinamizar o espaço.

Em relação ao Jardim Municipal diz que a Junta de Freguesia, está a pensar na criação de esplanadas, no período do Verão.

Intervenção de João Osório, que em resposta ao membro Paulo Espírito Santo, disse que a CDU reconhece os seus erros e não quer que o actual executivo cometa os mesmos. “ *Possivelmente a bancada do PS não tem esta frontalidade*”.

Depois destas intervenções, a Presidente da Mesa colocou à votação a Moção, apresentada pelo PS. Foi aprovada por maioria com 14 votos a favor e 2 abstenções.

A Presidente da Mesa passou a palavra ao senhor Presidente e aos senhores Vereadores para responderem às questões que lhes foram colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou o membro Carlos Alberto das Neves Cotrim que fica registada a sugestão.

Em resposta ao membro João de Brito, referiu que as condições são as que temos, e que são bem melhores que as anteriores.

A Senhora Vereadora, Vanda Nunes, informou o membro Paulo Espírito Santo, que este ano as Escolas do 1º ciclo, não participaram no Carnaval, por opção, visto que no plano de actividades estava previsto brincar o carnaval nas escolas, com excepção das escolas do Frade de Cima e Casalinho. Neste caso a Autarquia não pode intervir.

A Vereadora referindo-se às estátuas dos cavalos, informou que o Senhor Francisco Cid, afirma que as condições em que as estátuas se encontram só pode dever-se a actos de vandalismo, as mesmas vão ser retiradas para reparação.

A Vereadora agradeceu a moção apresentada pela bancada do PS. Informou que com estas exposições conseguimos não só promover a Casa Museu, mas também restaurar algumas peças que até aqui nunca antes tinham sido expostas. Informou que a Autarquia está já a preparar uma outra exposição, desta vez na Assembleia da República.

Em relação à questão colocada pelo membro Celestino Brasileiro, de facto o problema ambiental existe e não é de hoje, nem todos respeitam os aterros. No aterro da Raposa foram feitos melhoramentos, mas não foi possível as melhorias desejadas.

O número de Ecopontos é insuficiente, esta é uma questão que tem sido colocada em várias reuniões, da Resiurb.

No que diz respeito às análises da água da Etar, embora as possamos mandar fazer, as mesmas são da responsabilidade da Câmara Municipal de Almeirim, explicou o Senhor Vereador, José Carlos Ferreirinha .

O Senhor Presidente referiu-se à Fonte da Vida, dizendo que há que rectificar o que está mal e, as estátuas dos Cavalos, colocadas na rotunda junto à Barragem, irão ser retiradas nos próximos dias, pois o Município já contactou o dono da obra.

Respondeu ao membro João Osório, que só poderemos pagar à Ecolezíria, depois de assinado o contrato.

As casas degradadas são de facto um problema, a rua José Relvas quase não é habitada. A Autarquia já demoliu, na rua Guerra Junqueiro, o edifício que era da Câmara, no que diz respeito ao antigo edifício da SFA, parece que é de um particular. Do ponto vista teórico estamos todos de acordo, no entanto financeiramente a Câmara não se pode substituir aos particulares.

O Vereador Ferreirinha explicou a situação dos elevadores do centro cívico.

No que diz respeito à comporta retirada na vala de Alpiarça, foi a empresa que procede à limpeza da Vala, que a retirou, com a intenção de ficar com maior caudal o que seria benéfico para a vitalidade dos peixes.

Em relação ao centro cívico, o Senhor Presidente da Câmara lembrou o que existia naquele espaço (a loja dos Pinhões, do Garriapa, quintais cheios de bichos), hoje pode haver divergência de opiniões, mas existe de facto uma atitude de qualificação.

O Mercado Municipal precisa de intervenção, no entanto há que hierarquizar prioridades, pois o actual QCA está concluído a 100%. Neste momento a Casa-Museu é a prioridade e porque chovia lá dentro foi feita a recuperação da cobertura que orçou em 50.000 contos.

Intervenção de João Osório dizendo que reparar os vidros partidos do mercado não seria muito caro.

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**Ponto número um** – Apreciação da Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município e da sua situação Financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Não houve intervenções.

Intervalo de 5 minutos

**Ponto número dois** – Apreciação e votação da minuta do Contrato de Prestação de Serviços por ajuste directo, a celebrar com a Ecoléziria – Empresa Intermunicipal para Tratamento de Resíduos Sólidos EIM

Intervenção de Paulo Espírito Santo, dizendo que o contrato peca pelo amadorismo, está pouco explícito.

Foi colocada à votação:

6 votos a favor e 8 abstenções

Nesta votação não estiveram presentes os dois membros da bancada do PSD, por estarem ausentes da sala.

Paulo Espírito Santo apresentou declaração de voto, pela bancada do PS.

**Ponto número três** – Apreciação e Votação da Adesão do Município de Alpiarça à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho, dizendo acha interessante e vantajosa a nossa adesão.

Aprovado por unanimidade, com 15 votos a favor. Nesta votação não votou o membro, Carlos Cotrim, da bancada do PSD, por se ter ausentado da sessão.

**Ponto número quatro** – Apreciação e votação da minuta de Protocolo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia – Concessão de Licenças de Caça.

Intervenção do membro Celestino Brasileiro, perguntando se existe mais algum protocolo com a Junta de freguesia.

Interveio o membro João de Brito, dizendo que é contra esta delegação de competências pois provavelmente a Junta de freguesia irá ser extinta.

Intervenção de Paulo Espírito Santo concordando com a delegação de competências, pois não há nenhum documento do Governo a informar que a Junta de Freguesia vai ser extinta.

Intervenção do Senhor Presidente da Junta, José João Pais, explicando que como é da competência da Junta de Freguesia a elaboração das licenças dos canídeos, faz todo o sentido que as licenças de caça possam ser tiradas no mesmo local.

O Senhor Presidente da Câmara deu os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Informa que o facto das licenças de caça passarem a ser emitidas pela Junta de Freguesia, é somente uma mudança de titularidade, não há qualquer apoio financeiro.

Foi aprovado por maioria com 14 votos a favor e 1 voto contra.

**Ponto número cinco** – Eleição de um representante na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e Relatório de Actividades.

A Presidente da Assembleia Municipal esclarece que a CPCJ deve apresentar o relatório do ano anterior até ao dia 31 de Janeiro, como não aconteceu, solicitei o referido relatório bem como a constituição da comissão restrita e alargada. Verifiquei que a Enf<sup>a</sup> Mónica já não faz parte da Comissão, mas a CPCJ não informou a Assembleia Municipal. Temos então que eleger um elemento e um substituto, pois a lei estipula 4 elementos nesta comissão.

Intervenção do membro Celestino Brasileiro, referindo que deve haver cuidado com a escolha das pessoas, pois é importante que representem bem a Assembleia nas reuniões da referida comissão.



A Presidente da mesa esclareceu que a pessoa que deixou de fazer parte da comissão estava ligada à saúde, no entanto as reuniões eram em horários incompatíveis com o seu horário de trabalho.

Paulo Espírito Santo apresentou, em nome da bancada do PS, para elemento efectivo, a Sr<sup>a</sup> D. Alzira Agostinho e para elemento de substituição a Sr<sup>a</sup> D. Leonor Tendeiro.

João Osório, em nome da bancada da CDU, apresentou para elemento efectivo a Sr<sup>a</sup> D. Inês Aguiar e para elemento de substituição a Sr<sup>a</sup> D. Vitória Brito.

Foi aprovada a proposta do PS com 8 votos a favor e 7 abstenções.

Passando das 00.00Horas, a Presidente da mesa propôs a suspensão dos trabalhos, uma vez que um membro da bancada do PSD se tinha ausentado e que ela própria teria também de se ausentar, por motivo de ordem familiar.

Suspendeu-se os dois últimos pontos da ordem de trabalhos, mas passou-se ao período de intervenção do público.

A Presidente abandonou a sala, foi substituída pelo 1º Secretário, Joaquim Pais de Azevedo, sendo este substituído pelo membro Fernando Ramalho.

Inscreveram-se para o período destinado a intervenções do público: os munícipes Pedro Bernardo e Joel Loureiro, como representantes da Urbanização dos Sobreiros no Frade de Cima, com o seguinte assunto: Alteração ao Alvará de Loteamento. Referiram-se concretamente ao facto da Urbanização não estar concluída, não existirem espaços verdes, o lote 10 ter passado a habitação em vez de espaço comercial como estava previsto e ainda o caso dos dois sobreiros que estão a ser vandalizados por uma obra licenciada pela Câmara Municipal de Alpiarça.

Inscreveu-se também o munícipe Édio Martins para falar sobre a intensidade de tráfego na Rua José Relvas. Sugere que se estude qualquer processo que possibilite reduzir a velocidade de circulação.

O Presidente da mesa (em substituição) passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder à primeira questão.

O Senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao Vereador Ferreirinha, que esclareceu ter recebido uma delegação da Urbanização dos

Sobreiros, na 3ª feira passada, e nessa altura pediu aos serviços toda a informação. O Vereador mostrou-se admirado por terem vindo, uma vez que, lhes tinha dito que assim que os serviços disponibilizassem a informação, a faria chegar, no entanto esclareceu alguns pormenores técnicos.

Intervenção dos moradores, dizendo que o Vereador se comprometeu em ir à obra para averiguar o que se estava a passar com os sobreiros, mas a obra continuou.

O Vereador informou que pediu ao fiscal para se deslocar ao local e mandou retirar o contentor que estava junto ao sobreiro, também falou com a GNR e facultou os dados do dono da obra.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara a esclarecer do imperativo da CCDRLVT, para que se retire esse espaço verde da Urbanização.

Intervenção do Senhor Joel Loureiro, pois não entende porque é que no lote 10 a licença de construção não foi colocada nos 30 dias antes da construção, mas sim passados 3 ou 4 dias do início da mesma. Questionou sobre a vandalização do sobreiro, pois como se sabe os sobreiros só podem ser abatidos depois de mortos.

Para responder à segunda questão, interveio o Vereador Mário Peixinho, dizendo que está prevista a colocação de lombas reguladoras de velocidade, bem como uma intervenção nos semáforos junto ao Jardim Municipal.

Interrompeu-se a sessão sendo agendada a continuação da mesma para o próximo dia 3 de Março, pelas 21 horas.

## 2ª reunião da Sessão Ordinária de 27 de Fevereiro de 2006

Aos 3 dias do mês de Março deu-se continuação à sessão do dia 27 de Fevereiro, com todos os membros presentes.

A Presidente da mesa deu início à sessão pelas 21h35m.

**Ponto número seis** – Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Municipal.

Paulo Espírito Santo propôs que se analisasse a proposta da CDU ponto a ponto:

Artº 2 Alínea b), não sofreu alteração.

Artº 2 alínea g), a proposta da CDU não foi aprovada com 6 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção.

Artº 9 alínea g), todas as bancadas concordaram com a proposta da CDU.

Artº 16 - nº 1, a proposta da CDU foi aprovada por unanimidade.

Artº 16 – nº 1.1 a proposta da CDU não foi aprovada com 6 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções.

Artº 18 – inclusão da alínea d) do nº 2, não foi aprovada com 8 votos contra , 6 votos a favor e 2 abstenções.

O membro João Osório apresentou 2 declarações de voto.

Artº 18 – inclusão da alínea e) ao nº 2, não foi aprovada a proposta da CDU com 8 votos contra, 6 votos a favor e 2 abstenções.

A proposta do PS foi aprovada com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

Intervenções de Paulo Espirito Santo, José Miguel Carvalho e João de Brito.

Artº 18 nº 2, este ponto foi retirado pela bancada da CDU.

Artº 20 - nº 2, houve intervenções dos membros João Osório e Paulo Espirito Santo. Não houve alteração ao artigo.

Artº 40 – nº 1, reprovado por maioria com 8 votos contra, 6 votos a favor e 2 abstenções.

Intervenções dos membros João Pedro Osório e Paulo Espirito Santo.

O membro João Osório apresentou declaração de voto.

Artº 40 – introdução do nº 5, reprovado por maioria com 8 votos contra, 6 votos a favor e 2 abstenções.

O membro João Osório apresentou declaração de voto.

Artº 59 – introdução da alínea g) no nº 1, reprovada por maioria com 8 votos contra, 6 votos a favor e 2 abstenções.

Intervenções dos membros Paulo Espirito Santo e João Osório.

Declaração de voto apresentada pela Presidente da Assembleia Municipal.

Artº 60 – nº 1 , reprovado por maioria com 8 votos contra,6 votos a favor e 2 abstenções.

Proposta da bancada do PSD, sobre a denominação dos membros da Assembleia Municipal, o membro João de Brito propõe que passem a ser designados por Deputados Municipais.

Esta proposta não foi aprovada com 3 votos contra, 2 votos a favor e 11 abstenções. No entanto, a Presidente da Assembleia informou que seria pedida novamente informação à ANMP.

Proposta da Bancada do PS– alteração da redacção do nº 2 do artº 26º.

Intervenções dos membros Paulo Espírito Santo e José Miguel Carvalho, Carlos Alberto Cotrim, Pedro Gaspar, anabela Costa, João Pedro Osório, João de Brito, Fernando Ramalho, Celestino Brasileiro e Vitória Brito.

Aprovada esta proposta com voto de qualidade da Presidente da Mesa.

Apresentada Declaração de Voto pela Bancada da CDU e pelo Membro José Miguel Carvalho.

**Ponto número sete** – Eleição de um representante na Comissão Municipal de Instalação ou Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho – Artº 7 da lei 12/2004 e Portaria 518/2004.

A bancada do PS apresentou o membro Pedro Gaspar, que obteve a seguinte votação: 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

A bancada da CDU apresentou o membro João Osório, que obteve a seguinte votação: 6 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções.

Foi eleito o membro Pedro Miguel Gaspar.

### **PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA**

Inscreveram-se os munícipes Mário João Favas e Vasco Aguiar.

Mário João Favas fala dos maus cheiros sentidos na zona da sua casa.

Vasco Aguiar, inscreveu-se para falar sobre a proposta apresentada pelo PS, dizendo que é um atentado à liberdade de expressão.

O Vereador Ferreirinha deu as explicações possíveis ao Sr. Mário Favas.

Ao Múncipe Vasco Aguiar respondeu a Presidente da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão da qual se redigiu a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**1º Secretário** \_\_\_\_\_

**2º Secretário** \_\_\_\_\_